

INTRODUÇÃO

Durante o tempo que transcorreu desde a aparição do nosso número anterior sobre a violência na escola (RIE 37), os meios de comunicação informaram sobre novos e múltiplos casos dessa natureza, nos que se viram envolvidos os centros escolares e seus atuantes principais. Igualmente muitas foram as opiniões e as respostas realizadas pelos «expertos» sobre as causas desse fenômeno e de suas possíveis soluções.

A maior parte das opiniões relacionadas com a própria instituição educativa os motivos, ou, pelo menos, o descontrole deste tipo de violência: a permisividade do sistema, a perda ou abandono do exercício da autoridade por parte dos docentes, o relaxamento do «clima escolar», estariam na origem das condutas violentas.

Estes diagnósticos costumam ir acompanhados de propostas orientadas a restituir o computador quebrado, empregando quase sempre a via da coação: maior vigilância policial no entorno dos estabelecimentos educativos – e ainda dentro deles –, o endurecimento das medidas disciplinares, separação das classes dos infratores, e outras que, com o mesmo sentido, pretendem isolar as instituições de uma realidade as transcendem y que, sozinhas não podem modificar.

Por outro lado, quando fenômenos destas características chamam à sua porta, a sociologia redescobre algumas das confusas relações que mantem os indivíduos com as sociedades de que formam parte. Há mais de 40 anos, C. Wright Mills explicava os fatos transcendentes que ocorreram através dos tempos, como a intersecção entre biografia e história. Mais recentemente, U. Beck chama a atenção sobre as «soluções biográficas» às que recorrem os indivíduos quando sentem que a sociedade abandona, ou até renuncia às funções que eles supõe que os correspondem. Entre essas «soluções» é necessário considerar à violência.

Segundo a citada interpretação, não deve parecer estranho que, nesses contextos, a violência se transforme em um mediador que permite a (in)adaptação de quem sente o desamparo da sociedade às

novas condições, estabelecidas sem sua participação e sem seu consentimento.

Parafraseando Josep Ramoneda, «em um mundo de cidadãos à intempérie» uma parte muito significativa da sociedade ficou sem referentes, «perdeu o marco natural da sua biografia»: certo modo familiar, o significado cultural do trabalho, a segurança pessoal do bairro em que se vive, a esperança de transcendência das Igrejas, a promessa de inserção social e econômica que pode subministrar a escola...

Parece que estas duas interpretações, a da *culpabilidade institucional* e a da *solução biográfica*, têm mais pontos em comum do que aparentam. Se a escola não pode, o não é capaz de oferecer parâmetros educativos que sirvam de referência vital para quem trabalha nela, estará deixando desamparados a seus alunos e suas famílias, e se haverá autodefinido como um âmbito propício para o exercício da *solução biográfica*.

Mas, para que tal coisa aconteça, a instituição educativa tem que ser parte da solução deste problema e do que o compreende: os modelos de sociedade e de cidadania aos que se aspira. Para isso deve participar, não apenas através de sua ação pedagógica e de esforço, senão como atuante relevante da urgente tarefa de redefinição e de construção da sociedade em que se vive.

10

Somos conscientes das fortalezas, mas também das limitações da palavra escrita. É por isso que dedicamos dois números da RIE ao tratamento deste tema que, consideramos, é unicamente sintoma de males maiores que está nos deparando o momento da história na que transcorrem nossas biografias. Esperamos que o magnífico trabalho de quem colaborou em ambos números chegue a quem tenha os sentidos atentos e a consciência sensível.

Roberto Martínez Santiago